



## Notas explicativas às demonstrações financeiras

Semestres findos em 30 de junho de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

virtude de liminares obtidas pelos clientes. A autoridade fiscal discorda do procedimento adotado. Atualmente continua a discussão no âmbito judicial com a oposição de embargos de declaração diante da decisão contrária que não considerou os argumentos apresentados pela Corretora.

Adicionalmente aos processos acima relacionados, a Corretora possui outros processos fiscais com probabilidade de perda possível no montante de R\$ 11.341 (R\$ 10.502 em 2018).

**c) Depósitos judiciais:** correspondem, basicamente, a processos judiciais relativos a obrigações legais de natureza tributária. Os principais valores depositados estão relacionados a exigência de PIS e COFINS sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 47.833 (R\$ 45.168 em 2018), IRPJ e CSLL sobre a receita da alienação das ações da Bovespa e da BM&F S.A. no montante de R\$ 17.658 (R\$ 17.145 em 2018), créditos de IRRF 1999 no montante de R\$ 4.519 (R\$ 5.747 em 2018), suspensão da exigibilidade da contribuição ao PIS no montante de R\$ 2.906 (R\$ 2.797 em 2018), suspensão da exigibilidade da COFINS no montante de R\$ 2.796 (R\$ 2.683 em 2018) e dedução indevida de IRRF na apuração do lucro real com impacto na glosa dos prejuízos fiscais dos anos-calendário de 2000 e 2002, no montante de R\$ 4.356 (R\$ 4.192 em 2018). O saldo remanescente de R\$ 288 (R\$ 279 em 2018) é composto, basicamente, por depósitos para interposição de recursos fiscais.

**11 Imposto de renda e contribuição social**

Nos termos da Resolução nº 3.059/02 e alterações introduzidas pela Resolução nº 3.355/06, ambas do BACEN, a Corretora não possui créditos tributários diferidos de IRPJ e CSLL em 2019 e 2018.

A conciliação dos valores registrados em contas de resultado a título de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido está demonstrada como segue:

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Imposto de renda e contribuição social corrente				
Resultado antes dos impostos e participações	8.667	8.667	8.924	8.924
Resultado antes dos impostos ajustado	8.667	8.667	8.924	8.924
Adições ou exclusões temporárias	902	902	(1.557)	(1.557)

Apuração de imposto de renda e contribuição social				
	2019		2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Atualização monetária do passivo contingente e variação monetária sobre depósito	902	902	(1.560)	(1.560)
Outras adições e exclusões diversas	-	-	2	2
Adições ou (exclusões) permanentes	(1.831)	(1.831)	25	25
Adições indedutíveis diversas	-	-	25	25
Base tributável	7.738	7.738	7.392	7.392
IR (aliquota 15%) e CS (Alíquota 15% e 20%)	(1.161)	(1.161)	(1.109)	(1.478)
Adicional de IR (aliquota 10%)	(762)	-	(727)	-
Imposto de renda e contribuição social a pagar	(1.921)	(1.161)	(1.836)	(1.836)
Imposto de renda e contribuição social diferido				
Provisões não dedutíveis temporariamente	(955)	(955)	(1.557)	(976)
Base tributável diferida	(955)	(955)	(1.557)	(976)
Imposto de renda e contribuição social diferido	(239)	(143)	(389)	(234)

**12 Operações com partes relacionadas**

As operações com partes relacionadas foram realizadas com base em condições usualmente praticadas pelo mercado e os saldos correspondentes em 30 de junho de 2019 e 2018 estão demonstrados como segue:

	2019	2018
Ativo e (passivo)		
Depósitos bancários	1	1
Aplicações em depósitos interfinanceiros	255.790	247.391
Aplicação em operações compromissadas	834	1.253
Receitas e (despesas)		
Rendas de aplicações em operações compromissadas	14	36
Rendas de aplicações em depósitos interfinanceiros	7.708	7.618
Outras despesas administrativas	(157)	(157)

As mencionadas operações foram realizadas com o ING Bank N.V. Filial São Paulo em condições e taxas de mercado vigentes na data, conforme Resolução nº 3.750/09 do Conselho Monetário Nacional (CMN).

**13 Patrimônio líquido**

O capital social totalmente subscrito e integralizado é de R\$ 178.266 e está representado por 93.798.798 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 46.899.399 ordinárias e igual quantidade de preferenciais.

A reserva de lucros é constituída ao final de cada exercício social na forma prevista na legislação societária brasileira, sem designação específica, podendo ser utilizada para distribuição de dividendos ou futuro aumento de capital, de acordo com o que for definido pelos acionistas em atos societários pertinentes.

É assegurado aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido anual, conforme estabelecido no estatuto social, e ajustado na forma da legislação vigente, ao qual poderá ser imputado o valor dos juros pagos ou provisionados, a título de remuneração do capital próprio.

De acordo com a Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 21 de dezembro de 2018, foi aprovado em 2018, aumento do capital de R\$ 8.924, mediante subscrição de 2.640.268 novas ações nominativas, sem valor nominal e não conversível em outras formas, homologado pelo Banco Central do Brasil em 13 de fevereiro de 2019.

**14 Informações adicionais**

**a)** A exigência de patrimônio líquido é apurada de forma consolidada, considerando as entidades financeiras do Grupo ING, nos termos da Resolução nº 2.283/96, do Conselho Monetário Nacional e alterações posteriores. Em 30 de junho de 2019, o valor do índice de Basileia era de 16% (17% em 2018).

**b)** Em 30 de junho de 2019 e 2018 não havia operações próprias com instrumentos financeiros derivativos registrados em contas patrimoniais e compensação.

**c)** Outras despesas administrativas correspondem, substancialmente, as despesas de serviços do sistema financeiro nacional R\$ 25 (R\$ 24 em 2018), despesas de comunicações R\$ 35 (R\$ 32 em 2018), despesas com convênio R\$ 157 (R\$ 157 em 2018), despesas com publicações oficiais R\$ 32 (R\$ 41 em 2018), e outras despesas administrativas no montante de R\$ 81 (R\$ 93 em 2018).

**d)** Outras receitas operacionais correspondem a atualização monetária sobre depósitos judiciais R\$ 1.857 (R\$ 1.928 em 2018), receita e atualização monetária de créditos a compensar Finsocial R\$ 2 (R\$ 287 em 2018) e outras receitas operacionais no montante de R\$ 97 (R\$ 46 em 2018).

**e)** Outras despesas operacionais correspondem a atualização de riscos fiscais no valor de R\$ 356 (R\$ 369 em 2018).

**A Diretoria**

RICARDO E. OTANI - CONTADOR - CRC 1SP221880/O-6

## Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Diretores e Acionistas da

ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A.  
São Paulo - SP**Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. ("Corretora"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do ING Corretora de Câmbio e Títulos S.A. em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen.

**Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação a Corretora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Corretora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria

ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração da Corretora é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Corretora continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Corretora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria

apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

• Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Corretora.

• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

• Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Corretora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Corretora a não mais se manter em continuidade operacional.

• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de agosto de 2019

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6Luciana Liberal Sâmia  
Contadora CRC 1SP198502/O-8
<http://www.ingwb.com/network-offices/americas/brasil>